Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS

Faustino Moma Tchipesse[1]

Miguel Divovo[2]

RESUMO

As Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola são historicamente concebidas como espaços de excelência para a transformação social e o desenvolvimento sustentável. Contudo, a realidade empírica do país revela profundas tensões e conflitos no alinhamento entre o ensino, investigação, extensão e a gestão. Em face das insuficiências na actuação dos gestores públicos e dos desafios apontados pelas avaliações externas do INAAREES, as IES operam em um cenário de tempos fraturados, marcado por incertezas e crises de sentido. Sob a forte influência da economia neoliberal e do capitalismo académico, o conhecimento tem sido frequentemente reduzido a um activo mercadológico e utilitarista. Este artigo discute os dilemas éticos e estruturais dessas instituições diante da mercantilização do ensino e da necessidade urgente de reinvenção de seus modelos de gestão. Conclui-se que, para superar esse hibridismo contraditório e responder aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, as IES angolanas devem resgatar sua missão histórica e seu valor público, consolidando-se como plataformas para a construção de uma sociedade democraticamente emancipada pelo conhecimento.

Palavras-Chave: Instituições do Ensino Superior; Produção de conhecimentos; Gestão Universitária; Mercantilismo académico.

INTRODUÇÃO

Da equivocada missão e visão original das Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola, emerge uma notável importância desse nível de ensino para o crescimento dos indivíduos e para o desenvolvimento sociocultural e económico do país. Nesta medida, a avaliação da qualidade dos sistemas e das instituições educacionais transformou-se num assunto de extrema relevância, não apenas para os governos e gestores das IES, mas também, de uma forma geral, para todas as sociedades em metamorfose. Diversos conceitos de qualidade começaram a ganhar destaque, buscando profundidade e perfeição, principalmente por meio da participação e da criação de um sistema de gestão considerado de excelência em um país em desenvolvimento.

Angola não ficou alheia a essas discussões em torno da qualidade. É assim que, após várias reflexões sobre o tema no âmbito superior, surge o Decreto n.º 90/09, de 15 de dezembro (posteriormente revogado pelo Decreto Presidencial n.º 310/20, de 07 de dezembro), prevendo, no seu artigo 99.º, o Sistema de Avaliação das IES. Este marco, mais tarde, em 2013, seria conjugado com o Decreto Presidencial n.º 172/13,

1 Doutor em Ciências da educação, com a linha de investigação em Politicas Educativas. Mestre em Ciências da Educação com foco em pesquisa em Gestão Educacional pela Universidade de Desarrollo Sustentable-UDS-Assunção/Paraguai. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto Superior Dom Bosco (ISDB). Exerceu as funções de Vice-Presidente do Conselho Científico na Associação dos Investigadores e Filofosos Angolanos-AIFA. Coordenador Adjunto para Aréa de Investigação Científica e Pós-Graduação do Instituto Superior Politécnio do Zango-Polo Luanda Sul. Director do Centro de Estudos e Apoio de Políticas Educativas-CEAPE-ANGOLA.Editor Chefe da Revista Científica Interdisciplinar-RECIIN.Docente, pesquisador e escritor.

2 Mestre em Educação na área de Currículo e Comunidade Educativa pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Chile, 2018-2020 e Mestre em Educação na área de Pedagogia do Ensino Superior pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED-Luanda) 2017-2020; Licenciado em Ciências da Educação, Opção Ensino de História - Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda; Actualmente exerce as funções de Chefe de Departamento de Avaliação Externa e Acreditação das IES-INAAREES.

de 29 de outubro (revogado pelo Decreto Presidencial n.º 306/20, de 2 de dezembro), que criou o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES). Esses períodos delimitam o momento em que as IES começaram a viver os desassossegos, as perplexidades e as perdas das referências valorativas de suas políticas de gestão. Trata-se de uma conjuntura aqui caracterizada como tempos fraturados, em alusão à obra do historiador Eric Hobsbawm, que define a época contemporânea como um período histórico que perdeu o rumo e que aguarda, desgovernada e desorientada, um futuro irreconhecível (2013, p. 9-10).

A partir do exposto, percebe-se que as IES vivem em estado de incerteza sobre seu destino no presente e no futuro. A insegurança, que antes rondava a esfera privada das instituições em sua luta por sobrevivência, agora contamina a sociedade em seus âmbitos mais amplos e públicos. Velhos e novos desafios socioprofissionais se acumulam rapidamente em razão das mudanças no mundo do trabalho e nas conformações societárias locais e globais. O enquadramento feito convida a examinar este tema de forma compreensiva, sobretudo no que tange às transformações nos modos de produção, distribuição e consumo dos conhecimentos em contextos de grande volatilidade.

Os critérios de análise propostos são de diversa natureza, com realce para as rápidas e profundas transformações que hoje ocorrem em todas as dimensões da vida humana, influenciadas por alinhamentos estratégicos, económicos, políticos e culturais. Estados nacionais debilitados e interdependentes estabelecem relações simbióticas com poderosos atores transnacionais, desenhando o quadro de sustentação em que transita a internacionalização do capital humano. É esse capital que as IES têm a missão de transformar em cidadãos íntegro e aptos para responder aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do país (UNESCO, 2030; Agenda Africana, 2063).

Partindo desse pressuposto, a sociedade de economia global — movida por organizações transnacionais e assegurada financeira e ideologicamente por organismos multilaterais — é motorizada por conhecimentos utilitários potencializados pelas tecnologias informacionais (TCHIPESSE, 2026). Essas mudanças afetam os Estados, os movimentos sociais e as formas de vida dos indivíduos nas trocas simbólicas cotidianas, onde fronteiras físicas e temporais se dissolvem (MILANDO, 2021). Sob o império da economia neoliberal e do informacionalismo global, a racionalidade da construção da vida pública parece escapar do domínio dos sujeitos (BECK, 2008; NKUANSAMBU, 2015).

As compreensões colocadas expõem as teias contraditórias decorrentes de poderes abusivos (MILANDO, 2021). As fraturas e avarias na efetivação do "quatro em um" nas IES (ensino, investigação, extensão e gestão) são determinadas por diretrizes economicistas que transformam a sociedade em um espaço de intercâmbios mercadológicos. Esgarçada a associação entre política, cultura e economia na gestão efetiva dos indicadores e critérios de verificação, as ações das IES passam a ostentar a soberania do mercado capitalista. No vazio do enfraquecimento do Estado, a economia neoliberal avança sobre as sociedades nacionais, fazendo com que as IES determinem seus modelos de ensino e de conhecimento em função das demandas mercantis e do aumento do nível de supervisão dos órgãos de tutela.

Este entendimento conforma um cenário contraditório de concorrências, assimetrias culturais, exclusões sociais e globalização da vulnerabilidade do ensino superior. As crises que assolam o mundo do trabalho atingem frontalmente a educação. De modo especial, o ensino superior é profundamente afetado em razão da responsabilidade que lhe é atribuída de produzir e disseminar saberes úteis à economia global. Diante disso, as IES devem interromper práticas disfuncionais, como o recrutamento de pessoal incompetente para as carreiras docente e de investigação (MILANDO, 2021).

Face a essa problemática, o objectivo desta pesquisa consiste em analisar os dilemas éticos, estruturais e de gestão que as Instituições de Ensino Superior em Angola enfrentam no contexto contemporâneo de tempos fraturados, discutindo criticamente os impactos do mercantilismo acadêmico sobre a indissociabilidade entre ensino, investigação, extensão e gestão administrativa.

Para alcançar tal propósito, adotou-se como método uma abordagem qualitativa de natureza teórico-conceptual e crítica, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e documental. O estudo sustentou-se na análise da legislação reguladora do subsistema de ensino superior angolano — com destaque para os decretos de avaliação e acreditação institucional do INAAREES — cruzada com o referencial teórico de autores contemporâneos que discutem a globalização, a sociedade do risco e as políticas educativas em Angola (como Beck, Hobsbawm, Milando, Afonso e Nkuansambu).

Como principais conclusões, a pesquisa revela que a mercantilização massiva e a adopção de lógicas empresariais têm reduzido o conhecimento a um bem comercializável e utilitário, distanciando as universidades de sua função social pública. Constatou-se que a implementação rigorosa dos processos de avaliação e acreditação pelo INAAREES despoletou crises estruturais nas IES, evidenciando uma desarticulação entre os modelos administrativos vigentes e os padrões de qualidade exigidos. Por fim, conclui-se que a superação desses dilemas exige uma reinvenção urgente dos modelos de gestão académica e científica através da aposta estratégica na tecnologia, no talento e na tolerância (os três T), resgatando a missão histórica da universidade angolana como motor de cidadania democrática e desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para compreender e discutir criticamente as dinâmicas institucionais, políticas e éticas que envolvem as Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola diante do cenário contemporâneo de tempos fraturados, este capítulo delimita as opções metodológicas que sustentam a arquitetura desta investigação.

Enfoque Epistemológico

O enfoque epistemológico adoptado neste estudo fundamenta-se na perspectiva crítica e dialética. Essa vertente epistemológica justifica-se por não encarar a realidade institucional e jurídica de forma estática ou puramente técnica, mas como um constructo social permeado por tensões, contradições e disputas de interesse. Sob esta óptica, as políticas de avaliação e os modelos de gestão das IES são analisados a partir das interações e dos conflitos históricos entre as diretrizes neoliberais da economia global e a missão social emancipatória da universidade em Angola, desvelando o hibridismo e as fraturas existentes entre o desejável e o real.

Tipo de Pesquisa

Quanto à sua natureza e objetivos, esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de cunho teórico-conceptual e crítico. O estudo não busca a mensuração quantitativa de dados estatísticos, mas sim a interpretação aprofundada de fenômenos sociais complexos, como o mercantilismo acadêmico e as crises de sentido na administração universitária. Trata-se de uma pesquisa aplicada e exploratória que visa oferecer subsídios analíticos para a reinvenção das políticas de gestão científica e académica face às exigências de regulação nacional.

Técnicas de Recolha de Dados

A técnica de recolha de dados estruturou-se de forma bidimensional, combinando os procedimentos da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, detalhados a seguir:

- Pesquisa Bibliográfica: Consistiu no mapeamento e na revisão sistemática da literatura científica contemporânea de referência sociológica, histórica e educacional. Foram selecionadas obras seminais que discutem a globalização e a sociedade do risco (Hobsbawm, 2013; Beck, 2008, 2010), a economia do conhecimento (Didriksson, 2010, 2012) e a reestruturação universitária global. Esse acervo foi articulado diretamente com a produção intelectual de autores que investigam as avarias das políticas públicas e os dilemas da escolarização e da gestão escolar no contexto angolano (Milando, 2021; Afonso, 2022, 2024; Nkuansambu, 2015, 2020; Paxe, 2017, 2021);
- Pesquisa Documental: Centrou-se na recolha e análise sistemática do arcabouço jurídico e normativo que regula o subsistema de ensino superior em Angola e os seus processos de regulação institucional. O corpus documental foi constituído pelos marcos regulatórios da avaliação institucional e da acreditação de cursos, nomeadamente: o Decreto n.º 90/09, o Decreto Presidencial n.º 172/13, o Decreto Presidencial n.º 203/18 (Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade), o Decreto Presidencial n.º 109/20 (Autoavaliação de Cursos), e os Decretos Presidenciais n.º 306/20 e n.º 310/20, emitidos pelo órgão superintendido (INAAREES).

Os dados bibliográficos e documentais recolhidos foram processados por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo o confronto dialético entre os indicadores burocráticos estatais e a realidade empírica das instituições de ensino superior angolanas.

ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

Nesta secção do nosso estudo, tratamos de fazer um enquadramento epistemológico do ensino superior diante da economia do conhecimento, discutindo as tensões entre a mercantilização educacional e a missão formativa das universidades. O texto analisa os desafios estruturais enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), com foco especial no contexto de Angola e na necessidade de adaptação às exigências globais de inovação e tecnologia.

Instituições do ensino superior Vs economia do conhecimento

Não há hoje nenhum setor de atividades profissionais que possa se considerar imune às discrepâncias entre educação e trabalho e escape do fantasma do desemprego e dos riscos do subemprego. Ulrich Beck atribui a essa realidade de educação sem emprego a metáfora de estação-fantasma.

É imprescindível ter mais educação, mesmo que a escola não seja capaz de prover qualificação profissional adequada e precárias sejam as estruturas e possibilidades de empregos. Aí se instaura certa irracionalidade: os jovens descreem da educação como instituição garantidora de trabalho futuro, os professores estão defasados em relação às novas realidades do mundo e perdem a autoridade, os currículos, conteúdos e práticas pedagógicas se tornam irreais. O contexto educacional se modifica, mas os agentes não sabem muito bem o que fazer. Defende Beck (2010, p. 219):

> *O sentido fundamental da educação profissionalizante é ameaçado ou destruído pela incidência de rupturas no mercado de trabalho. O futuro profissional almejado mas (ainda) inexistente, ou seja, uma variável irreal, promove uma alteração radical da situação no sistema educacional.*

A luz do subscrito acima, vabe destacar que uma discussão a respeito de dois fenômenos distintos e que podem jogar luz nos movimentos que produzem fragmentações e contradições no ensino superior. Trata-se do intento de compreender um pouco mais dois conceitos em moda: sociedade do conhecimento e economia do conhecimento, ou sociedade de economia do conhecimento (BECK,2010). Esses termos não se equivalem e tampouco são neutros. As sociedades do conhecimento são ainda uma utopia, algo a ser construído. As economias do conhecimento são uma realidade ao menos para parte importante dos países industrialmente avançados, que não poderiam existir sem a redefinição dos papéis da universidade, pois dependem centralmente da produção científica e tecnológica (DIDRIKSSON, 2010, p. 84-96).

Uma observação mais consciente, permite caracterizar as IES como um espaço central para a produção, organização e disseminação do conhecimento, articulando dimensões históricas, sociais e epistemológicas (INAAREES, 2023).

Trata-se de uma organizaçãoque Entretanto, cabe, então, fazer um reparo ao artifício ideológico que a universidade esconde uma armadilha na expressão sociedade de economia glocal. Essa expressão acolhe naturalmente dois conceitos, sociedade e economia glocal, cujos objectos epistemológicos dificilmente se coadunam na conjuntura histórica contemporânea. A atual economia global tem como característica essencial o livre funcionamento do mercado transnacional mundial, em grande parte sob o regime da digitalização.

Na visão mercantilista do sistema de ensino actual, destituído de uma autoridade suficientemente forte para além dos espaços estatais nacionais, percebe-se que não há lugar para uma sociedade ou uma comunidade em altura para efectivação de saberes e experiências glocais. Isso porque, nas IES, prevalecem os interesses egoístas e rompem-se os valores morais que asseguram a pertença do indivíduo a uma comunidade ou a uma sociedade (MILANDO, 2021). Não obstante o elevado nível de traquinices dos agentes facilitadores do processo de ensino, é fundamental destacar que o discente é o elemento impulsionador do desenvolvimento sustentável, pois toda política de desenvolvimento nacional, sua efectivação passa necessariamente da formação de qualidade deste.

O novo paradigma imposto pela economia do conhecimento concita o ensino superior a transformar-se radicalmente, sob o império do mercado, como se

isso fosse uma necessidade inexorável da competitividade no capitalismo globalizado. O conhecimento efetivo na acção é considerado o principal ativo na economia globalizada de informação e de mercado, deixando em segundo plano os produtos materiais (NKUANSAMBU, 2020). Numa sociedade de emprego difícil, o capital intelectual deve ser visto como o mais importante meio de acesso ao trabalho e, com isso a transformação social. Os processos relativos ao conhecimento de valor econômico crescentemente se externalizam. Assim sendo, as IES se reestruturam com o objectivo de se adequarem à digitalização e criam equipes polivalentes funcionais (ROIG IBAÑEZ, 2006, p. 234-237).

As IES e outras instituições oficiais dividem agora com outros espaços sociais e particulares a produção, a distribuição e a aplicação do conhecimento. As exigências de contínua atualização da qualificação profissional se impõem aos docentes e pesquisadores universitários e a seus egressos, e, paralelamente ou em continuação, impulsionam acções (intra) institucionais de capacitação de acordo com as necessidades momentâneas das organizações, da manutenção da empregabilidade dos trabalhadores e a evolução das formas e diferentes situações de trabalho (MILANDO, 2021; AFONSO, 2024).

Os sistemas oficiais de ensino superior em Angola buscam adaptar-se à nova ordem (des)ordem económica e suas constantes mudanças, diversificam a oferta, a duração e a organização curricular de novos cursos e direcionam suas práticas didático-pedagógicas para a qualificação e requalificação de competências e habilidades laborais (DIVOVO,2025).

Como tendência geral, a IES, está abdicando, ao menos em parte, de sua autorreferencialidade, de sua autonomia, de seu modo de organização e segmentação disciplinar e de sua postura elitista e está sendo concitada a promover mudanças nas suas estruturas e em suas finalidades (MILANDO, 2022). A crescente divisão do trabalho e das respectivas competências profissionais influencia, no plano interno, a tendência à diversificação de disciplinas e à interdisciplinaridade, ao surgimento de diferentes tipos de cursos e novos modelos de ensino. A diversificação e a flexibilização de currículos e de modelos institucionais estão estreitamente relacionadas com o princípio da liberdade da escolha do cliente, tão reverenciado pelo neoliberalismo (DIVOVO, 2025). A importância de aumentar a diversificação e a flexibilidade também é uma retórica que esconde a perda da capacidade reflexiva e crítica e as estratégias de horizontes mais amplos e duradouros das instituições educativas.

Na esteira da economia do conhecimento tendem a prosperar uma mercantilização massiva das atividades educacionais e das instituições privadas, as lógicas empresariais na gestão, na organização dos processos de produção, distribuição e transferência de conhecimentos e nos sentidos da formação (BRÁS, 2024). Se a referência central é o lucro, então, os conhecimentos são entendidos mais como propriedades privadas e, portanto, bens comercializáveis, que fundamentos da vida social e, coerentemente, a formação se identifica mais com a capacitação técnica e profissional que com o desenvolvimento integral dos indivíduos, com a equidade e o fortalecimento da cidadania. Nesse sentindo, o modelo económico, assim como o conhecimento de função utilitarista torna-se apropriado privadamente e se apresenta como um dos mais robustos instrumentos da competitividade individual e de instauração da rivalidade no meio social.

Dilemas e desafios das Instituições do ensino superior em Angola

Um dos dilemas das instituições do ensino superior-IES, consiste no facto da mesma ter passado a ser caracterizada como uma organização administrativa, por isso faz com que esteja voltada para dentro como estrutura de gerenciamento e arbitragem de contratos. As IES, apresentam três categorias de desafios se apresentam: (i) Universais, que perpassam todos os países; (ii) Nacionais, que afetam mais diretamente o Estado angolano; (iii) Institucionais, inerentes as IES. Uma das respostas estruturadas aos desafios das IES, consiste no atendimento ao número de matrícula em constante crescimento, pois isso, tem sacrificado a qualidade inerente ao ensino superior (i) o equilíbrio entre as funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, (ii) Qualidade (iii) Eficácia da gestão do ensino superior, enquanto a acção necessária para se conseguir melhores rendimentos das suas funções básicas e, (iv) Geração de conhecimento.

A propósito dum novo ciclo que as IES, tem com uma nova forma de qualificação, algumas notas de

reflexão sobre os desafios que se colocam à IES. Nestes novos tempos, as IES têm que mudar, tendo que saber reinventar-se e estabelecer uma nova agenda em termos do seu modelo de gestão académica e científica e na forma como se vai articular com os seus diferentes parceiros. A IES tem que saber protagonizar a sua própria mudança num tempo novo e num mundo mais complexo (UNESCO, 2020). A IES não pode ficar á espera, pois precisamos de uma Nova IES, capaz de perturbar o sistema e que se assuma como uma verdadeira instituição do ensino superior, que actue como plataforma de geração de conhecimento com valor para a economia e sociedade, num tempo em que tudo vai ser diferente.

A IES tem que se assumir como o ponto de partida e de chegada de uma nova dimensão da competitividade no país (INAAREES,2022). Assumido o compromisso estratégico da aposta na inovação e conhecimento, estabilizada a ideia coletiva de fazer do valor e criatividade a chave da inserção das empresas, produtos e serviços no mercado global, compete à IES a tarefa maior de saber protagonizar o papel simultâneo de actor indutor da mudança e agregador de tendências que respondem os indicadores, padrões e critérios de verificação, exigido no processo de auto avaliação dos cursos e programas de graduação e pós graduação (Decn.º109/20, de 10 de Março). Há um ponto de partida na necessidade da IES servir ao mercado libertar conhecimento aproveitável na consolidação de valor, mas há também um ponto de chegada no estatuto da Universidade como ator socialmente reconhecido na mudança necessária.

A implementação do Decreto Presidencial n.º 203/18, de 30 de Agosto, que aprova o Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior, revelou um medo e despoletou crises nas estruturas de algumas IES, pois era notável o elevado nível de desarticulação entre o desejável e o espetável na gestão dos processos no ensino superior. Destaca-se aqui a coragem do Departamento Ministerial responsável, por via do seu órgão superintendido (o INAAREES), deixou claro que o processo de avaliação dos cursos era uma realidade e irreversível pois as IES, cabe responsabilidade de assumir-se sem equívocos como um actor global, capaz de transportar para a nossa matriz social a dinâmica imparável do conhecimento e de o transformar em activo transacionável indutor da criação de riqueza.

Para isso, a IES tem que claramente, no quadro de ajustamento aos desafios provocados por esta crise, que assumir na sua plenitude a pertinência duma aposta consolidada nos três T que configuram a sua distinção estratégica - Tecnologia, Talentos e Tolerância. São estas as variáveis em que a IES, no seu processo de reorganização estratégica, deverá claramente apostar, fazendo delas o motor da reafirmação do seu papel no seio da economia e da sociedade (MILANDO, 2021).

A IES, como ator global responsável pela mudança no país, não se pode confinar a um mero estabelecimento administrativo de especialização técnica. Tem que fazer convergir efectivamente sobre si a capacidade de, através duma aposta cruzada permanente entre o conhecimento e a cultura, ser responsável pela formação de verdadeiros cidadãos globais, os tais de que o país precisa para afirmar a sua dimensão estratégica e competitiva a nível internacional (AFONSO, 2026). Quem está e quem sai da IES, tem que dominar de forma activa o capital comum do conhecimento e da cultura como peças centrais da formação de cidadãos capazes de actuar com segurança e criatividade num mundo em permanente mudança.

A reorganização da IES é um desafio à capacidade de resposta a esta crise (INAAREES, 2022). Porque a IES, é um elemento central decisivo na nossa matriz social, o sucesso com que a IES assumir este novo desafio que tem pela frente será também em grande medida o sucesso com que a economia e a sociedade serão capazes de enfrentar os exigentes compromissos da globalização e do conhecimento. A IES tem que assumir dimensão global ao nível da geração de conhecimento e valor, mas também de imposição de padrões sociais e culturais(BRÁS, 2024). A IES tem que ser o grande ator da mudança que se quer para o nosso futuro comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de uma sociedade global do conhecimento permanece como uma utopia que demanda uma educação ampla, participativa, contínua e plural. Esta perspectiva não deve se orientar

exclusivamente para a ocupação tecnicista de postos de trabalho, mas sim concentrar esforços na formação da consciência social, na compreensão mútua das culturas, na cooperação criativa e na emancipação individual como eixos de direcionamento da própria vida. As relações de mútua implicação entre cultura, saberes, ideologias e valores determinam hierarquias profissionais que estruturam a distribuição de poderes na sociedade. Diante disso, a educação desempenha um papel proeminente na configuração dos espaços sociais, embora não se possa negar que as universidades têm sido tensionadas a internalizar a ideologia do lucro e do individualismo possessivo em detrimento do bem-estar coletivo.

No contexto específico de Angola, as instituições de ensino superior detêm um potencial incomensurável para impulsionar a democratização social, desde que assumam a responsabilidade pública de subsidiar uma participação cidadã mais culta e crítica. A ciência e a tecnologia oferecem caminhos viáveis para transformações económicas e culturais profundas, atuando como ferramentas indispensáveis na superação de assimetrias históricas, como a pobreza, a injustiça e a desigualdade social. Atualmente, as IES angolanas dispõem de um patrimônio de instrumentos científicos e digitais significativamente mais sofisticado do que em qualquer outro momento de sua história, viabilizado pela globalização da conectividade.

Contudo, é imperioso garantir que o conhecimento não se perca na pura quantidade ou no avanço puramente técnico desprovido de marcos éticos. O saber acadêmico deve ser defendido como matéria essencial de formação humana e vetor do processo civilizatório. Para superar o hibridismo contraditório imposto pelo mercantilismo acadêmico e responder de maneira eficaz aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ecossistema universitário não pode se render à lógica exclusiva do mercado autointeressado. Em suma, as IES em Angola devem resgatar sua missão histórica através de modelos de gestão integrados e transparentes, reafirmando que, sem o devido valor público, social e ético, a universidade descaracteriza sua própria essência de existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Afonso, M. Escolarização e aprendizagem significativa: Práticas, desafios e mudanças necessárias. Editora Muenhu, 2020.

Afonso, M. Pecados mortais no ensino, avaliação e aprendizagens: Reflexões para as mudanças necessárias. Editora Mensagem, 2022.

Afonso, M., Paxe, I., & Brás, C. (2020). Diálogos sobre educação, cultura e filosofia nas redes sociais: Pontos e contrapontos. Mensagem Editora.

Beck, U. Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización. Paidós, 2008.

Beck, U. Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade. Editora 34, 2010.

Brás, C. (2022). Política de formação inicial de professores em nível médio em Angola 2010-2022: Contexto, atores e implicações [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná]. Repositório Institucional UFPR, 2022.

Brunner, J. J. Aseguramiento de la calidad y nuevas demandas sobre educación superior en América Latina. Em Consejo Nacional de Acreditación (Ed.), Educación superior, calidad y acreditación. CNA, 2023.

Bucchi, M. Scienza e società: Introduzione alla sociologia della scienza (Nuova ed.). Raffaello Cortina Editore, 2010.

Didriksson, A. La autonomía universitaria en las economías del conocimiento. Em V. M. Rosario Muñoz, E. Marum Espinosa, & A. Alvarado Nando (Orgs.), La autonomía universitaria a debate: Una visión desde América Latina (pp. 84-96). Universidad de Guadalajara, 2010.

Didriksson, A. Universidad y bien público en la perspectiva de una sociedade democrática del conocimiento. Em J. R. de la Fuente & A. Didriksson (Orgs.), Universidad, responsabilidad social y bien público: El debate desde América Latina. Universidad de Guadalajara,2012.

Divovo, M. Organização e gestão do currículo em Angola: Teorias, contextos e qualidade educativa. Esobrénos, 2025.

Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. La nueva producción del conocimiento: La dinámica de la ciência y la investigación en las sociedades contemporáneas. Ediciones Pomares-Corredor,1997.

Hobsbawm, E. (2013). Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX. Companhia das Letras, 2013.

Milando, J. Poderes abusivos: As avarias de um país em autodestruição assistida. Livros e Conteúdos, 2021.

Morrow, R. A., & Torres, C. A. Estado, globalização e políticas educacionais. Em N. Burbules & C. A. Torres (Orgs.), Globalização e educação: Perspectivas críticas. Artmed, 2004.

Nkuansambu, A. O director como líder na gestão escolar no contexto da reforma educativa das escolas do Iº ciclo do município de Icolo e Bengo/Luanda-Angola, 205 [Dissertação de mestrado, Universidad de la Integración de las Américas].

Nkuansambu, A. Políticas educativas do ensino superior em Angola. ISCED, 2017.

Nkuansambu, A. Políticas educativas no ensino superior: Um estudo das racionalidades, interesses e conflitos nos processos de regulação considerando a tomada de decisões e estratégias de gestão na construção da qualidade educativa na política pública de Angola.UIA, 2020 [Tese de doutorado, Universidad de la Integración de las Américas].

Paxe, I. Políticas educativas em Angola: Um desafio do direito à educação. Coleção Teses de Mestrados, 2017.

Paxe, I. Angola 1975-2020: 45 anos de peregrinação no direito à educação. Em E. C. V. Cruz, Y. Quixina, & C. M. Manuel (Coords.), Angola 45 anos: O político, o social, o económico e o cultural: Entre balanços e perspectivas. Mayamba, 2021.

Tchipesse, F. M. Mudança organizacional na sala de aula: Um olhar para múltiplas ergonomias. É Sobre Nós Editora, 2022.

Teixeira, M. C. P. Discurso de abertura do jango de saberes e experiências curriculares. Em Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação & Ministério da Educação (Eds.), Jango de saberes e experiências curriculares. Mensagem Editora, 2019.

UNESCO. Educação: Um tesouro a descobrir (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, 6.ª ed.). Cortez Editora, 1998.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação. Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação; Fundación SM, 2022.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO